

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CNPJ: 05.940.203/0001-81

RELATÓRIO DA DIRETORIA EXERCÍCIO 2011: Senhores Acionistas, Em observação aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro - Investe Rio, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, acompanhando do Balanço Patrimonial e demais demonstrativos financeiros. **Introdução:** Em 2011, o Produto Interno Bruto do país cresceu cerca de 3%, desempenho bem inferior à expansão de 7,5% apurada no ano anterior. Apesar do contexto de menor crescimento econômico, os investimentos públicos e privados previstos para o Estado do Rio de Janeiro, no período 2011-2013, atingirão o patamar recorde de R\$181,4 bilhões, 44% a mais que no período 2010-2012, segundo dados divulgados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro-FIRJIAN. Diante de um cenário favorável para a economia fluminense, a Investe Rio deu continuidade, em 2011, à estratégia de expansão e diversificação de suas atividades operacionais, em conformidade com a sua missão de "fomentar, por meio de soluções financeiras, o desenvolvimento sustentável do Estado do Rio de Janeiro". **1. Financiamento aos empreendedores privados:** No exercício de 2011, foram contratadas 98 operações, com recursos próprios, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses - FREMF, totalizando financiamento de R\$53,9 milhões, contra 27 operações em 2010, somando financiamento de R\$42,0 milhões. Considerando todas as fontes de recursos, inclusive o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES, que é administrado pela Investe Rio, foram contemplados 100 clientes, número 2,5 vezes maior em relação ao ano anterior, devido ao substancial aumento das operações de microcrédito. Exatamente por conta do menor valor unitário de tais operações, as liberações cresceram menos - 6,8% - totalizando R\$384,8 milhões. Esses recursos tiveram as seguintes fontes: Recursos Próprios (1,7%), BNDES (3,3%) e fundos estaduais (95%, sendo 4,0% do FREMF e 91,0% do FUNDES). O saldo da carteira de crédito com risco da Investe Rio (recursos próprios e repasses do BNDES) atingiu R\$54,7 milhões ao final de 2011, com um crescimento de 29,9% em relação a 2010. Já a carteira com risco de terceiros (recursos do FREMF e do FUNDES) alcançou R\$2,3 bilhões, em 31/12/2011, superando em 10,9% o saldo registrado um ano antes. A carteira com risco da Investe Rio está distribuída em operações de microcrédito (1,9%) e em operações com micro e pequenas empresas (1,5%), médias empresas (61,8%) e grandes empresas (34,8%). Já a carteira com risco de terceiros está concentrada em operações com grandes empresas (98,8%), tendo em vista que os recursos do FUNDES destinaram-se basicamente a investimentos de grande porte, considerados relevantes para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado. **2. Financiamento aos Municípios:** No ano de 2011, a Investe Rio estruturou-se para dar início ao apoio creditício aos municípios fluminenses, com base em dois Programas: o Pró-Município,

destinado a investimentos em infraestrutura, e o de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT, do BNDES. Foram enquadrados os pleitos dos municípios de Quatis e de Cachoeiras de Macacu e aprovados os limites de crédito de R\$2,7 milhões e R\$12,9 milhões em cada programa, respectivamente. **3. Operações com Renda Variável:** As operações com renda variável envolvem participação acionária e aquisição de cotas de fundos de investimento em ações, com ênfase em: a) setores estratégicos, como biotecnologia, tecnologia da informação e comunicação; b) setores nos quais o Estado do Rio de Janeiro apresenta vantagens comparativas evidentes, como os de energia e da indústria do audiovisual; e c) setores de relevância socioeconômica para o Estado, como turismo, hotelaria e tecnologias limpas. Neste sentido, em 2011, a Investe Rio subscreeveu R\$10,0 milhões em cotas do Fundo Burrill Brasil, fundo nacional com atuação exclusiva no setor de "ciências da vida". Também, iniciou análise de sua participação direta no capital da Hygeia Biotecnologia S.A., até o montante de R\$2,0 milhões, com o objetivo de construir no Rio de Janeiro uma plataforma de produção de peptídeos, focando no desenvolvimento de drogas estratégicas na lista dos medicamentos excepcionais. **4 - Inclusão social empreendedora:** Importante realização em 2011 foi a criação do Programa Pró-Empreendedor, no âmbito qual foram realizadas 12 operações de financiamento, com o objetivo de apoiar as iniciativas das pessoas naturais microempreendedoras, localizadas prioritariamente em comunidades pacificadas ou contempladas com investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Também, por iniciativa da Investe Rio, foi criado no final de 2011 o Fundo de Microcrédito para Empreendedores das Comunidades Pacificadas, através da Lei nº 6.139, de 28 de dezembro de 2011, com o objetivo de fomentar a economia dessas comunidades através de financiamento orientado a micro e pequenos empreendimentos produtivos, com taxa de juros de 3% ao ano. **5. Resultados Econômico-Financeiros:** Em 2011, a Investe Rio registrou uma receita total de R\$41,5 milhões, 48,6% acima da de 2010. O lucro líquido ficou em R\$3,8 milhões, 50% abaixo do registrado no ano anterior, devido ao aumento da provisão para devedores duvidosos e à mudança na sistemática de apuração do lucro tributário, de lucro presumido para lucro real. O capital social passou de R\$232,2 milhões para R\$305,6 milhões, com o aporte de recursos, em sua quase totalidade, do acionista majoritário - o Estado do Rio de Janeiro. O patrimônio líquido atingiu R\$315,5 milhões, com um aumento de 30% em relação ao ano anterior. **6. Ações Administrativo-Organizacionais. 6.1. Gestão Estratégica:** Em 2011, com o apoio de consultoria especializada em Organizações & Métodos (O&M), a Investe Rio revisou o seu planejamento estratégico, resultando na redefinição de sua missão e de sua visão e no estabelecimento de objetivos e metas para o período 2011-2021. Deu início, também, ao mapeamento e redesenho de seus processos organizacionais, com o objetivo de identificar pontos críticos

de risco, definir indicadores de desempenho, mapear processos e competências, entre outros, contribuindo assim para a contínua melhoria da gestão organizacional e operacional da Agência. **6.2. Gestão de Riscos e Controles Internos:** Foram revisados os processos relacionados à gestão de riscos e controles internos, o que resultou em alterações no Manual de Crédito e Risco, no Regulamento Geral de Operações e na Política de Crédito, em cumprimento aos normativos do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e do BNDES. Merece destaque a instituição da Política de Prevenção e Controle à Lavagem de Dinheiro, em conformidade com a Circular nº 3.461, de 24/07/2009, do Banco Central do Brasil (BCB), com o objetivo de implementar procedimentos internos de controle destinados a prevenir a prática de lavagem de dinheiro, de que trata a Lei nº 9.613, de 03/03/1998. **6.3. Gestão de Recursos Humanos:** Em 2011, para atender ao seu programa de expansão e diversificação de suas atividades, a Investe Rio realizou o segundo concurso público para o preenchimento imediato de 42 vagas e formação de cadastro de reserva para cargos de Analista de Desenvolvimento e de Assistente Técnico Administrativo. Além disso, foram implantados o sistema RH Comunica e o Portal RH, ferramentas importantes para a uniformização de informações e facilitação na comunicação dos funcionários da Agência com a Área de Recursos Humanos. Registre-se, ainda, a aprovação, pelo Conselho de Administração da Investe Rio, da participação dos empregados e dos membros da Diretoria nos lucros ou resultados da Agência. **6.4. Divulgação Institucional:** A divulgação institucional da Investe Rio foi organizada, em 2011, por meio de diferentes recursos, tais como a criação e produção de material promocional, a produção e o envio de newsletters para aproximadamente seis mil endereços eletrônicos que compõem o mailing da Agência, a administração do site eletrônico, que recebeu cerca de 60 mil acessos em 2011, e a coordenação de participações em feiras e eventos. **6.5. Ouvidoria:** Criada em novembro de 2007, em atendimento à Resolução nº 3.477 do BCB, atendeu, em 2011, a 56 chamados, sendo, em sua maioria, dúvidas sobre o Programa de Apoio Solidário - PAS. **7. Reconhecimento:** A Diretoria Executiva agradece o apoio e a confiança do Governador do Estado e de sua equipe de governo, em especial, o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, bem como o esforço e a dedicação de seu corpo funcional e a colaboração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, além de vários parceiros de órgãos federais, estaduais e municipais, e de entidades de classe. Essa conjugação de forças foi imprescindível para que a Agência pudesse apresentar sua parcela de contribuição para o desenvolvimento econômico do Estado. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2011. **Maurício Elias Chacur** - Diretor Presidente; **Cristiane Viturino Novo** - Diretora da Área de Administração e Finanças e da Área de Crédito e Risco; **Luiz Henrique Bevilacqua** - Diretor da Área Jurídica e da Área de Operações II; **Roberta Simões Maia** - Diretora da Área de Operações I.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - EM R\$ MIL		
ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE	248.776	170.382
DISPONIBILIDADES	3	20
Caixa	1	1
Bancos	2	19
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	228.580	160.157
Cotas de Fundos de Investimentos	228.580	160.157
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	19.653	9.858
Setor Privado	26.039	11.042
Provisão para financiamentos	(6.386)	(1.184)
OUTROS CRÉDITOS	520	324
Adiantamento e Antecipações	37	74
Impostos e Contribuições a Compensar	483	250
OUTROS VALORES E BENS	21	24
Despesas Antecipadas	21	24
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	96.551	94.852
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	74.970	67.155
LFT	72.726	65.155
Cotas de Fundos em Participações	2.244	2.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	21.581	27.697
Setor privado	28.645	31.065
Provisão para financiamentos	(7.064)	(3.369)
PERMANENTE	7.482	7.597
IMOBILIZADO DE USO	6.918	7.419
Edificações	7.233	7.390
Instalações	135	88
Móveis e equipamentos	485	237
Sistema de comunicação	37	37
Equipamento de processamento de dados	232	232
Sistema de transporte	63	63
Depreciações acumuladas	(1.267)	(629)
INTANGÍVEL	564	178
Licença de Uso Software	881	217
Amortização Acumulada	(317)	(39)
TOTAL	352.810	272.831
PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	18.457	12.731
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	11.975	6.697
Obrigações Repasse Fname/BNDES	11.975	6.697
OUTRAS OBRIGAÇÕES	6.482	6.034
Sociais e estatutárias	1.755	2.715
Fiscais e previdenciárias	2.059	922
Provisões para pagamentos a efetuar	1.318	1.104
Provisão p/Passivos Contingentes	101	-
Credores Diversos no País	1.249	1.293
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	18.859	18.058
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	18.859	18.058
Obrigações Repasse Fname/BNDES	18.859	18.058
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	315.494	242.042
CAPITAL SOCIAL	305.656	232.189
RESERVAS DE LUCROS	9.838	9.853
TOTAL	352.810	272.831

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDES EM 31 de dezembro de 2011 (Em reais mil): Nota 1. Histórico da Sociedade: A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - INVESTE RIO é uma sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 3.517/00 e foi instituída pelo Decreto Estadual nº 32.376/02. Regulada pela Lei Federal nº 6.404/76, sendo constituída através da Ata de Assembleia de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2002, e autorizada a funcionar como instituição financeira por meio de homologação exarada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, em 30 de setembro de 2003. Seus atos constitutivos foram registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 07 de outubro de 2003. Em 06 de dezembro de 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.703/04, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. teve ampliada sua autonomia na gestão administrativa, financeira e operacional, assim como, de seus recursos, com vistas à efetiva consecução de seus objetivos sociais. **Nota 2. Contexto Operacional:** A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A., empresa vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços - SEDEIS, tem por finalidade contribuir para a consecução da política de apoio do Governo do Estado aos investimentos produtivos, mediante a concessão de financiamento de capital fixo e de giro a projetos industriais, agropecuários, turísticos e de serviço, de empresas implantadas ou que venham a se implantar no âmbito do território fluminense. Em consonância com os seus objetivos sociais, a INVESTE RIO atua como Agente Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES e Administrador do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses - FREMF e na concessão de financiamento com recursos próprios e repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O patrimônio desses fundos, devidamente registrado em contas de compensação, está demonstrado, conforme o quadro abaixo.

FUNDO	2011	2010
FUNDES	2.293.123	2.061.764
FREMF	59.966	123.569
TOTAL	2.353.089	2.185.333

Nota 3. Apresentação das Demonstrações Contábeis Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, observando-se os conceitos contidos na Lei nº 6.404/1976, ressalvadas as modificações introduzidas através das Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009, em observância à legislação específica e normas regulamentares emanadas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade; porém, nem todos foram homologados pelo Banco Central do Brasil. Assim sendo, na elaboração destas demonstrações financeiras, foram adotados efetivamente os seguintes pronunciamentos: (CPC 01 - Resolução CMN nº 3566/08, CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa (Resolução nº 3.604/08) e CPC nº 25 - Provisões para passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução nº 3.823/09). **Nota 4. Principais Práticas Contábeis:** Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos: **a) Resultado:** O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrem. **b) Estimativas contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras, faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, excetuando-se as provisões para Perdas com Operações de Créditos, as quais são calculadas conforme normas específicas do Banco Central. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Instituição revisa

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em R\$ mil						
Contas Especificações	Capital Social		Reservas		Lucros ou Prejuízos	
	Capital	Aumento Capital	De Capital Outras	De Lucros Reserva Legal	Outras	R\$ Totais
SALDOS EM 30/JUN./11	236.990	-	-	1.031	5.038	244.121
Aumento de Capital com Subscrição	-	68.666	-	-	-	68.666
Lucro no Semestre	-	-	-	-	2.707	2.707
Reversão de Reservas	-	-	-	(4)	3.773	(3.769)
SALDOS EM 31/DEZ./11	236.990	68.666	-	1.027	8.811	315.494
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	68.666	-	(4)	3.773	71.373
SALDOS EM 31/DEZ./09	94.474	70.681	-	605	7.253	173.013
Ajuste de exercícios Anteriores	-	-	-	-	(640)	(640)
Aumento de Capital	70.681	(70.681)	-	-	-	-
Aumento de Capital com Subscrição	64.035	-	-	-	-	64.035
Aumento de Capital com Reservas	2.999	-	-	-	(2.999)	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	7.389
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(1.755)
Constituição de Reservas	-	-	-	369	5.265	(5.634)
SALDOS EM 31/DEZ./10	232.189	-	-	975	8.878	242.042
MUTAÇÕES DO PERÍODO	137.715	(70.681)	-	370	1.625	69.029
Aumento de Capital por Subscrição	-	68.666	-	-	-	68.666
Aumento de Capital com Reservas	3.840	-	-	-	(3.840)	-
Aumento de Capital com Renúncia de Dividendos	961	-	-	-	-	961
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	3.825
Constituição de Reservas	-	-	-	52	3.773	(3.825)
SALDOS EM 31/DEZ./11	236.990	68.666	-	1.027	8.811	315.494
MUTAÇÕES DO PERÍODO	4.801	68.666	-	52	(67)	73.452

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA em R\$ mil			
	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2011	2010
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2.707	3.825	7.389
Lucro Líquido / Prejuízo	2.707	3.825	7.389
Ajustado por:			
Depreciações e Amortizações	513	917	301
Ajuste exercício anterior	-	-	(640)
Lucro Líquido Ajustado	3.220	4.742	7.050
Varição de Ativos e Obrigações	(75.563)	(79.662)	(85.953)
Redução (aumento) em Títulos Valores			
Mobiliários	(72.032)	(76.238)	(57.302)
Redução (aumento) em Operações de Crédito	(4.261)	(3.679)	(28.022)
Redução (aumento) em Outros Créditos	2.947	(196)	(292)
Redução (aumento) em Outros Valores e Bens	25	3	(12)
Redução (aumento) em Outras Obrigações	(2.242)	448	(325)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(72.343)	(74.920)	(78.903)
Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(499)	(803)	(7.621)
Caixa Líquido Aplicado Atividades de Investimentos	(499)	(803)	(7.621)
Atividades de Financiamento			
Aumento (Redução) em Obrigações p/ Empréstimos e Repasses	4.096	6.079	24.139
Aumento de Capital por Subscrição	68.666	68.666	64.035
Aumento de Capital com Renúncia de Dividendos - JCP	-	961	(1.755)
Caixa Líquido Proveniente Atividades Financeiras	72.762	75.706	86.419
Aumento (Redução) do Caixa ou Equivalente a Caixa	(80)	(17)	(105)
Modificação do Caixa ou Equivalente a Caixa			
Caixa ou Equivalente a Caixa Início Período	83	20	125
Caixa ou Equivalente a Caixa Final Período	3	3	20
Aumento (Redução) Caixa ou Equivalente a Caixa	(80)	(17)	(105)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

sa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente. **c) Ativos e Passivos circulantes e a longo prazo:** São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. **d) Títulos e Valores Mobiliários:** São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos são para negociação imediata e mantidos até o vencimento. **e) Ativo Permanente:** Está demonstrado ao custo de aquisição ajustado pela depreciação/amortização acumuladas conforme taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimado e prazo do contrato de cessão de uso. O Ativo Intangível está representado por gastos na aquisição de licenças de uso de softwares tais como: Gestão de Recursos Humanos, Processamento de dados e Gestão Financeira, que são amortizados de acordo com o prazo de concessão de uso, conforme contrato de serviço com as empresas fornecedoras. **f) Avaliação do valor recuperável (impairment):** A partir de 2008, os Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores, em relação ao mercado ou uso. A agência não desenvolveu teste de recuperabilidade, em função da relevância dos seus bens do ativo imobilizado, frente ao ativo total, do dispêndio financeiro e operacional que teria com a realização dos respectivos teste e também por não ter identificado preliminarmente indícios da desvalorização. **g) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido(CSSL):** A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente. **h) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS:** As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 1,65% e 7,65% respectivamente e são apuradas pelo regime não-cumulativo, observada a base de cálculo definida pela lei 10.833/2003. **i) Passivos contingentes:** São reconhecidos de acordo com parecer da Diretoria Jurídica sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões para processos classificados como Perda Provável, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado. Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na nota 9-E. **Nota 5. Títulos e Valores Mobiliários:** O saldo das aplicações em títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 está demonstrado conforme quadro abaixo:

	2011	2010
I - Curto Prazo	228.580	160.157
Cotas de Fundos de Investimentos	228.580	160.157
II - Longo Prazo	74.970	67.155
LFT - Carteira Própria	72.726	65.155
Cotas de Fundos em Participação	2.244	2.000
Total de Títulos e Valores Mobiliários	303.550	227.312

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO em R\$ mil					
Recursos	Segundo semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro		R\$ mil
	2011	2011	2010	2010	
Recursos de Intermediação Financeira	19.490	34.237	21.070	21.070	
Operações de Crédito	2.795	5.234	3.545	3.545	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16.695	29.003	17.525	17.525	
Despesas de Intermediação Financeira	(6.396)	(11.893)	(4.676)	(4.676)	
Despesa de Captação - Fname/BNDES	(1.418)	(2.347)	(1.063)	(1.063)	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.978)	(9.546)	(3.613)	(3.613)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	13.094	22.344	16.394	16.394	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(6.549)	(11.709)	(7.632)	(7.632)	
Receita de Prestação de Serviços	3.453	7.213	6.874	6.874	
Despesa de Pessoal	(7.614)	(14.251)	(11.307)	(11.307)	
Outras Despesas Administrativas	(1.720)	(3.221)	(2.031)	(2.031)	
Despesas Tributárias	(737)	(1.417)	(1.189)	(1.189)	
Outras Receitas Operacionais	70	105	24	24	
Outras Des					

Em 31 de dezembro de 2011, a agência possuía apólices de seguro para cobertura dos Bens do Ativo Fixo no montante considerado pela diretoria suficiente para cobrir eventuais riscos e sinistros. A administração não identificou indícios de desvalorização dos bens que compõem o ativo imobilizado da INVESTE RIO. Desta forma, não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 (regulamentado pela Resolução CMN 3.566/08). No exercício, a administração optou por segregar os valores dos bens móveis, adquiridos junto as edificações adquiridas para instalação na nova sede da INVESTE RIO conforme escritura lavrada em 29/09/2010 (processo administrativo interno E-11/60541/2010). Este imóvel é composto por salas comerciais e como a escritura não fazia menção aos valores dos bens móveis, e considerando manter a qualidade do registro contábil, a administração buscou o valor de mercado destes bens e, através de laudo de avaliação emitido pelo Departamento de Avaliação de Bens da INVESTE RIO, promoveu as seguintes reclassificações e ajustes no permanente: **Bens Imóveis**

Saldo no início do Exercício - Edificações	7.389
Despesa com IPTU (ajustada para despesa)	(54)
Transferência para Instalações	(47)
Transferência para para Máquinas e Equipamentos	(209)
Adições do exercício 2011	155
Saldo Final em 31/12/2011	7.234

Nota 8. Obrigações por Empréstimos e Repasses: Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, as obrigações por empréstimos e repasses estão compostas da seguinte forma:

	2011	2010
Curto Prazo	11.975	6.697
Longo Prazo	18.858	18.057
Total	30.833	24.754

	Natureza	Vencimento
1,5% a.a.	Repasses Fname/BNDES	15/10/14

Nota 9. Outras Obrigações: a) Sociais e Estatutárias - Dividendos

	2011	2010
Dividendos a Pagar – Gov. Estado do RJ	1.754	2.714
Total	1.754	2.714

Os valores registrados em 2010 referem-se aos dividendos propostos do exercício de 2010 e 2009. Os registrados em 2011 referem-se aos dividendos propostos do exercício de 2010, cujo pagamento depende da homologação da Ata de Assembléia Geral de Acionista pelo Banco Central do Brasil.

	2011	2010
B) Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro		
Imposto de Renda e Contribuições s/Lucro a Pagar	79	546
Impostos e Contribuições a Recolher	542	376
Total	621	922

C) Provisões para Pagamentos a Efetuar

	2011	2010
Provisão para Despesas de Pessoas	1.078	928
Outras Despesas Administrativas	216	171
Outros Pagamentos	4.253	5
Total	5.547	1.104

D) Juros s/capital próprio

	2011
JCP – Gov. Estado do RJ	4.230
Total	4.230

Os Juros Remuneratórios do Capital Próprio são calculados e provisionados com a observância dos procedimentos fundamentados no art. 347 do RIR/1999, nos arts. 29 e 30 da Instrução Normativa nº 11/1996, na Instrução Normativa SRF nº 93/1997 e no art. 69 da Instrução Normativa SRF 390/2004. Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o art. 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei. 6.404/1976), sem prejuízo da incidência do IR na fonte. A política de pagamento está definida em Deliberação do Conselho de Administração, ratificada e aprovada pela Assembléia de Acionista em 30/10/2008, como forma de reduzir os impactos tributários. Para efeito de publicação das demonstrações financeiras, os Juros sobre o Capital Próprio são ajustados mediante reclassificação para Lucros ou Prejuízos Acumulados, de modo que seus efeitos, inclusive os tributários, sejam eliminados do resultado, de acordo com a Circular nº 2.739 do Banco Central do Brasil. Os efeitos nas demonstrações são apresentados a seguir:

	Exercício 2011
Lucro líquido do exercício	3.825
(-) Juros sobre o Capital Próprio	4.230
(+) Economia tributária	1.438
Lucro Líquido com o Pagamento do JCP	1.033

Não estão demonstrados os efeitos do exercício 2010, tendo em vista que

neste exercício não houve pagamento de Juros Sobre o Capital próprio, face a tributação pelo regime do Lucro Presumido.

	2011	2010
F) Provisão para Passivos Contingentes		
Provisão p/ Passivos Contingentes	101	0
A constituição da provisão para passivos contingentes foi elaborada de acordo com premissas sobre a eventual perda com ações trabalhistas, baseada na opinião de nossos assessores jurídicos.		
F) Credores Diversos no País		
Credores Diversos no País	1.249	1.292

Os valores registrados em Credores Diversos no País referem-se a repasses da INVESTE RIO ao Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES.

Nota 10. Patrimônio Líquido: Capital Social: Em 31 de dezembro de 2011, o capital social é de R\$ 236.990.480,15 (duzentos e trinta e seis milhões, novecentos e noventa mil, quatrocentos e oitenta reais e quinze centavos), estando representado por 102.546.668 de ações ordinárias nominativas, assim distribuídas:

Estado do Rio de Janeiro	102.541.199
Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro	5.455
Outros	14
Total	102.546.668

Em 29 de março de 2011 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil a Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2010, que deliberou sobre o aumento do capital social de R\$ 232.189.458,41 (duzentos e trinta e dois milhões, cento e oitenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e um centavos) para R\$ 236.990.480,15 (duzentos e trinta e seis milhões, novecentos e noventa mil, quatrocentos e oitenta reais e quinze centavos) sendo R\$3.840.817,39 (três milhões, oitocentos e quarenta mil, oitocentos e dezessete reais e trinta e nove centavos) com incorporação de reserva de lucros, sem emissão de ações e R\$ 960.204,35 (novecentos e sessenta mil, duzentos e quatro reais e trinta e cinco centavos) com o Juros sobre o Capital Próprio creditado no exercício de 2010 ao Governo do Estado do Rio de Janeiro nos termos do parágrafo único do artigo 1º da INS SRF nº 41, de 1998. Em 14 de julho de 2011, foi realizada a capitalização da Agência com a emissão de 28.730.723 (vinte e oito milhões, setecentos e trinta mil, setecentos e vinte e três) ações no valor nominal de R\$ 2,39 cada, totalizando o montante de R\$ 68.666.427,97 (sessenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e vinte e sete reais e noventa e sete centavos), devidamente registrado na rubrica Aumento de Capital, aguardando aprovação pelo Banco Central do Brasil. Abaixo demonstramos a evolução do Capital Social:

Descrição	Valor
Capital Social no início do exercício	232.189
Aumento de Capital – Incorporação de Reservas	3.841
Aumento de Capital – Capitalização	68.666
JCP – Creditados ao Gov. Estado e Incorporados	960

Total do Capital Social em 31 de dezembro de 2011 considerando a rubrica aumento de capital.

Nota 11. Instrumentos Financeiros: A instituição não realizou operações com características de derivativos e não mantinha operações financeiras com a finalidade de proteger-se dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de câmbio e de juros. **Nota 12 - Seguros:** Em 31 de dezembro de 2011, existem apólices de seguro para cobertura dos Bens do Ativo Fixo no montante considerado pela diretoria suficiente para cobrir todos os riscos.

Nota 13. Limites Operacionais - Acordo da Basiléia: Em 31 de dezembro de 2011, o Patrimônio de Referência (PR) era de R\$ 312.702.082,80, superando em R\$ 273.779.280,20 ao mínimo exigido, conforme estabelece a Resolução nº 3.490, CMN de 29 de agosto de 2007.

Nota 14. Gerenciamento de Riscos: a) Gerenciamento do Risco Operacional: O objetivo do gerenciamento do risco operacionais é tornar a INVESTE RIO mais estável, através de ações preventivas de monitoramento e correção de falhas nos processos organizacionais, decorrentes dos fatores internos ou externos, que possam impactar negativamente no cumprimento das metas e missão da Agência. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.380/06, a estrutura do gerenciamento do risco operacional contempla as etapas de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento, através da ferramenta do Workflow Manager, onde são definidos os aspectos operacionais que levam ao risco, através da fórmula (probabilidade x severidade x relevância), cujo resultado irá medir quanto este risco irá impactar no negócio da Organização, bem como as suas conseqüências, tornando-se necessário o seu tratamento para

o aprimoramento ou implantação do controle interno. b) Gerenciamento de Risco de Mercado: O objetivo fundamental do gerenciamento do risco de mercado é o de tornar as operações da INVESTE RIO mais sólidas, por meio de ações preventivas e de monitoramento das possíveis perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado as quais poderão impactar negativamente no cumprimento das metas e missão da Agência. Em atendimento à Circular BACEN nº 3365/07 do BACEN e Resolução CMN nº 3464/07, são realizados testes de estresse, que têm, por finalidade medir a capacidade do Patrimônio de Referência - PR da INVESTE RIO em suportar as variações no Patrimônio de Referência Exigido - PRE, determinando, assim, os reflexos sobre o valor da carteira decorrente das oscilações nas taxas de mercado. No caso específico da INVESTE RIO, notadamente quanto às variações da taxas de juros. c) Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito: Visando assegurar a qualidade e solidez do conjunto das operações de crédito, bem como o atendimento à Resolução CMN 3.721, de 30 de abril de 2009, a INVESTE RIO descreve o resumo de sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito. Ressalta-se que a INVESTE RIO, também como administradora e/ou agente financeiro de fundos de desenvolvimento estadual ou de outros produtos financeiros, mantém em sua rotina de acompanhamento de risco de crédito a mensuração e monitoramento das operações de financiamento no âmbito desses fundos, ainda que não constituam risco para sua carteira de crédito; portanto, não impactando seus limites operacionais, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3721/09. **Estrutura Normativa:** A INVESTE RIO possui diversos instrumentos que estabelecem limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos para a recuperação de crédito, destinados a manter a exposição de risco de crédito em níveis considerados aceitáveis. • Política de Gerenciamento de Risco de Crédito; • Regulamento Geral de Operações; • Política de Crédito; • Manual de Crédito e Risco; • Política de Garantias; • Roteiro de Apresentação de Projetos; • Normas de Acompanhamento de Contratos; • Manual de Cobrança e Recuperação de Crédito; • Disposições Aplicáveis aos Contratos; • Manual de Gestão de Risco da Carteira. Ressalta-se que a INVESTE RIO, também como administradora e/ou agente financeiro de fundos de desenvolvimento estadual ou de outros produtos financeiros, mantém em sua rotina de acompanhamento de risco de crédito a mensuração e monitoramento das operações de financiamento no âmbito desses fundos, ainda que não constituam risco para sua carteira de crédito; portanto, não impactando seus limites operacionais, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3721/09. d) Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro: A INVESTE RIO mantém uma política de prevenção e combate a atos ilícitos, em consonância com os requerimentos do Banco Central do Brasil, observando a legislação e regulamentações vigentes. Conta em sua estrutura com uma área específica, responsável pela gestão e monitoramento das operações e movimentações financeiras realizadas em seu ambiente de negócio. O conhecimento do cliente apoiado por programas de treinamento e de conscientização dos funcionários e o uso de ferramentas tecnológicas têm como objetivo evitar o uso da organização em transações ou situações que possam estar, direta ou indiretamente, relacionadas aos crimes precedentes à “lavagem” de dinheiro, relacionados na Lei n.º 9.613/98. Essas ações, conjugadas com análises específicas, contribuem para a plena observância da política definida pela Alta Administração e permitem proteger a Instituição, que busca continuamente alinhar-se às melhores práticas de mercado e às recomendações dos organismos internacionais na prevenção e combate a atos ilícitos. **Nota 15. Fatos Relevantes:** O lucro líquido do exercício foi sensibilizado substancialmente pelo impacto da provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída de acordo com a Resolução CMN nº 2682, de 21 de dezembro de 1999 no valor de R\$ 9.545.642,51 (nove milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e um centavos) sendo que deste total R\$ 8.219.173,11 (oito milhões, duzentos e dezenove mil, cento e setenta e três reais e onze centavos) referem-se a uma única operação. A administração vem envidando esforços para recuperar tal crédito.

Maurício Elias Chacur	Cristiane Viturino Novo	José Inácio Ferreira
Diretor-Presidente	Diretora Financeira	Contador
		CRC/RJ 56835/07
		CPF: 605634007-49

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES: Aos Srs. Administradores e Diretores da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro – Investe Rio. Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro – Investe Rio, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras:** A Administração da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro – Investe Rio é responsável pela elaboração e adequação apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos

selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequação apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro – Investe Rio em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Outros Assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes que emitiram parecer datado em 10 de fevereiro de 2011, que não conteve qualquer modificação. São Paulo, 03 de fevereiro de 2012. **SACHO - AUDITORES INDEPENDENTES - CRC-2SP 017.676/O-8. Hugo Francisco Sacho - CRC-1SP 124.067/O-1.**